

**32º Encontro Anual da ANPOCS**

**GT 4 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais**

**Vozes da Resistência:**

**Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais**

Andréa Zhouri

Marcos Cristiano Zucarelli

GESTA-UFMG

**Caxambu, 2008**

## **Introdução**

Em Minas Gerais, o processo de intensificação da produção e da exportação de *commodities* tem representado um aprofundamento da mercantilização de territórios, resultando na emergência de uma miríade de conflitos ambientais. Estes conflitos evidenciam os diferentes processos de construção territorial, bem como salientam as formas de uso do espaço praticadas por distintos grupos sociais. A ocorrência dos conflitos remete, então, a situações de desigualdade no acesso aos recursos naturais e a desproporcionalidade na distribuição dos riscos gerados pelos processos de desenvolvimento. Neste sentido, o presente texto analisará três “situações sociais” (GLUCKMAN, 1980) que permitem refletir sobre a dinâmica conflitiva estruturada pelas relações entre as distintas – e, não raro, mutuamente excludentes – pretensões de uso e significados atribuídos por diferentes grupos sociais a um mesmo território em disputa.

Os casos foram selecionados através dos trabalhos de campo realizados pela equipe do GESTA/UFMG, que ora desenvolve o projeto “Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais”.<sup>1</sup> Numa etapa inicial, foram identificados 1.023 casos com indícios prévios de situações de conflito a serem investigados no âmbito do projeto. Estes indicativos foram levantados através da análise das atas de Reuniões do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), entre os anos 2000 e 2007, bem como por entrevistas com as equipes do Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual (CEAT/MPE) e Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM). Em etapa subsequente, teve início o trabalho de campo nas mesorregiões Vale do Jequitinhonha e Metropolitana de Belo Horizonte, onde as atividades se alternam entre a pesquisa documental em arquivos institucionais e entrevistas junto aos representantes de entidades e organizações locais. Assim, a pesquisa perpassa a identificação, caracterização e classificação de casos de violação do direito humano ao meio ambiente, considerando a existência de denúncias institucionalizadas e/ou manifestações de movimentos sociais.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa objetiva, a partir da elaboração de um banco de dados sobre situações de conflito ambiental e da interpretação qualitativa de estudos de casos exemplares, mapear os conflitos ambientais existentes nas 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais (IBGE, 2000). A divisão por mesorregiões buscou criar condições para a operacionalização da pesquisa, que conta com o apoio da FAPEMIG e do CNPq, além de parcerias com pesquisadores da UFSJ, UFV e Unimontes. Para maiores informações e alguns resultados preliminares da pesquisa, consultar Zhouri & Zucarelli (2008).

## O Contexto Histórico

Desde o início de sua colonização, o território mineiro vem sendo palco de intensa atividade econômica, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de apropriação desse território. A historiografia revisionista de Minas demonstra que, articulado à exploração de metais e minerais preciosos, desenvolveu-se, já a partir do século XVIII, um diversificado conjunto de atividades produtivas, que envolvia desde a operação de um sem-número de pequenas forjas e teares até uma forte e disseminada agropecuária mercantil de subsistência que abastecia não apenas os mercados locais, mas também as províncias mais prósperas, como São Paulo e Rio de Janeiro (LIBBY, 1988; GRAÇA FILHO e LIBBY, 2004).

Mesmo após o declínio da exploração aurífera e da pequena indústria artesanal de ferros e panos, prosperava a pujante agropecuária mercantil de subsistência e, no século XIX, o avanço da monocultura cafeeira pelas zonas da Mata e Sul. Há já alguns trabalhos historiográficos que atestam que, nos primeiros 250 anos de colonização, a forte, especializada e variegada atividade econômica desenvolvida em Minas consumiu voluptuosamente as matas, florestas e cursos d'água mineiros (PÁDUA, 1987).

A partir de meados do século XX, contudo, elites econômicas e políticas locais empreendem um esforço de “modernização recuperadora” da economia mineira. Centrada no estímulo ao desenvolvimento de indústrias de bens intermediários de base do ciclo de acumulação fordista, o projeto da modernização recuperadora mineira deslocou o centro da industrialização para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para a região hoje conhecida como Vale do Aço. Como resultado, a taxa média anual de crescimento do PIB mineiro, na década de 1970, ficou acima de 16% (DINIZ, 1981, p. 225 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 70). Um crescimento sustentado principalmente pelo complexo industrial mínero-siderúrgico, que demandou um grau extremo de apropriação de vastos territórios para a alocação urbana das fábricas e da farta mão-de-obra, para a monocultura do eucalipto que serviria de combustível aos altos-fornos, para a construção de estradas, hidrelétricas etc.

De outra parte, o colapso do esforço desenvolvimentista da modernização recuperadora mineira, ocorrido na passagem da década de 1970 para a de 1980, determinou a intensificação da produção e exportação de *commodities*, com vistas ao pagamento do

serviço da dívida pública. Isso representou um aprofundamento da mercantilização de territórios, a exemplo da expansão das monoculturas de exportação nos cerrados do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, das monoculturas de eucalipto e da construção de hidrelétricas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, das atividades mineradoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte etc. Tais processos implicam a emergência de uma miríade de conflitos ambientais, nos quais se envolvem empresas mineradoras, siderúrgicas, produtoras de celulose, distribuidores de energia elétrica, empreiteiras, grandes agricultores, latifundiários, ONGs, camponeses, sociedades indígenas, quilombolas, pescadores, movimentos sociais urbanos etc.

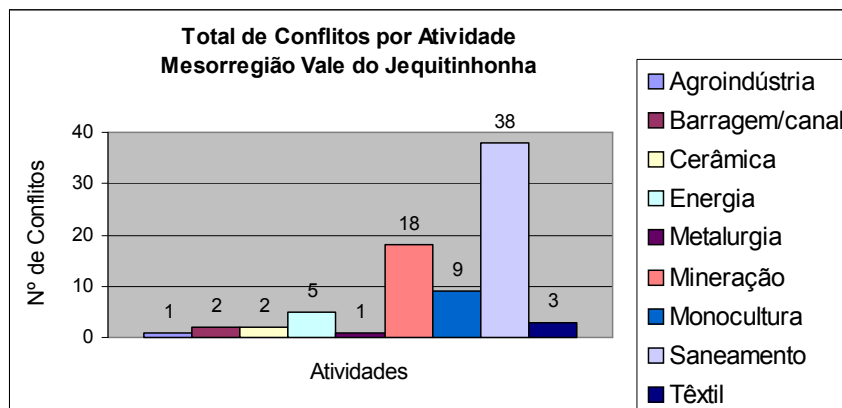
É nesse cenário, marcado por políticas econômicas de ajuste fiscal e pela formação de superávits comerciais, que os instrumentos normativos de regulação ambiental encontram-se no cerne de uma disputa que opõe, de um lado, aqueles que os consideram “obstáculos ao desenvolvimento” e que devem ser “flexibilizados”, e, de outro, os atores que pugnam pelo seu fortalecimento e democratização.

### **As situações sociais de conflito**

Na fase inicial da pesquisa, os dados coletados permitiram traçar uma cartografia das mesorregiões do estado de Minas Gerais e a identificação dos tipos de atividades que geram maior número de conflitos ambientais. É importante sublinhar que a metodologia adotada procurou definir as situações de conflito ambiental como aquelas que envolvem sujeitos coletivos em casos de disputa pela legitimidade do ato, pelo acesso aos mesmos recursos ou área em questão, ou ainda, em casos em que atores se sintam lesados por algum dano direto ou indireto provocado por qualquer tipo de atividade econômica. Ressalta-se ainda a necessidade do caso apresentar algum desdobramento temporal para sua inclusão na pesquisa. Por essa via, buscou-se uma diferenciação com respeito às situações geralmente caracterizadas como “problemas” e/ou “impactos” ambientais. Procurou-se, sobretudo, um distanciamento em relação às abordagens positivistas ou realistas, que atribuem ao meio ambiente uma existência autônoma e externa às relações e projetos sociais, objeto, portanto, de um “diagnóstico” objetivo e universal, tal como sugerem as categorias de problema e de impacto. Portanto, situações comumente identificadas como problema ambiental não necessariamente se configuram como

situações de conflito ambiental. Assim, o corte de árvores denunciado ao Instituto Estadual de Florestas ou ao Ministério Público pode gerar um processo administrativo ou jurídico e se enquadrar na legislação como caso típico de degradação ambiental ou impacto ambiental. No entanto, um tal enquadramento não necessariamente qualifica o caso em questão como sendo uma situação típica de conflito ambiental. Para tal, torna-se essencial a identificação de sujeitos sociais que qualificam o mesmo espaço territorial de formas diferentes, que apresentam uma apropriação territorial distinta ou que manifestam um sentimento de lesão, dolo ou perda em relação a uma determinada apropriação. Assim, para além dos casos institucionalizados e identificados na primeira etapa da pesquisa, os trabalhos de campo revelaram inúmeros conflitos sociais que transcendem as vias formais de denúncia. Para uma análise qualitativa, tomaremos como referência três situações investigadas na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, a saber: conflitos provenientes dos projetos de monocultura de eucalipto, usinas hidrelétricas e criação de unidades de conservação. Ressalta-se que, embora os casos selecionados já sejam institucionalizados, eles são representativos do processo de apropriação do território e das lutas sociais e de resistências mais comuns na região, embora muitas vezes, não apareçam nos dados formais das instituições.

Neste sentido, os indicativos coletados no COPAM e no CEAT/MPE corroboram para o nosso argumento, uma vez que, tal como demonstra o gráfico adiante, os “dados oficiais” associam o maior número de conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha, principalmente, às atividades de saneamento e mineração. Contudo, as pesquisas de campo junto aos movimentos sociais e entidades locais permitem revelar uma realidade qualitativamente mais complexa, onde se revelam inúmeros conflitos oriundos de projetos de monocultura, usinas hidrelétricas e criação de unidades de conservação para a mesorregião do Jequitinhonha.



FONTE: Zhouri & Zucarelli, 2008.

### **Conflitos da Monocultura de Eucalipto<sup>2</sup>**

Com relação aos “reflorestamentos” no Vale do Jequitinhonha, as políticas de incentivos fiscais e créditos continuam proporcionando a ocupação de grandes terras de chapada para o plantio de eucalipto. As chapadas são áreas mais altas e planas, favoráveis à mecanização. Em virtude dessas características, as chapadas são cobiçadas por grandes empresas agroindustriais. Consideradas devolutas, essas terras foram concedidas pelo governo de Minas Gerais para exploração de empresas privadas. No entanto, as chapadas pertenciam ao “domínio” de comunidades locais e eram tradicionalmente destinadas ao uso comum para criação de gado na larga e para o extrativismo vegetal (RIBEIRO, 1993).

O processo histórico de apropriação assimétrica do território e suas consequências podem ser ilustrados pelo depoimento de um agricultor, que assistiu na década de 1970 a chegada das denominadas empresas “reflorestadoras”:

[...] eles vieram abrindo as picadas, sem falar nada, e o povo achou que era a Reforma Agrária que tava entrando. Ninguém sabia que era a Acesita e tudo ficou recuado. [...] A criação era solta por 3 ou 4 léguas. Hoje, tem que ficar tudo na manguinha, pisando e pisando até acabar. Os pequeno ficou só naquele curralzinho lá. Porque de primeiro era liberdade, depois que obrigou o povo a limitar as propriedades, o povo até briga entre eles porque a terra já tá muito limitada. O espaço já tá

<sup>2</sup> Os dados apresentados neste tópico são provenientes dos relatórios de viagem a campo realizada pelos pesquisadores Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli, membros da equipe do GESTA/UFMG, em julho de 2008.

muito limitado. O povo tá travado [Entrevista realizada em 17/07/2008, município de Capelinha].

Dessa forma, uma extensão territorial de mais de um milhão e meio de hectares do Vale do Jequitinhonha foi ocupada pela monocultura do eucalipto com fins exclusivos às indústrias siderúrgicas e de celulose, alijando e/ou confinando os agricultores que detinham pequenas glebas de terra, embora também possuíssem o “domínio” das chapadas (WRM, 2002).

Inúmeras comunidades rurais de diversos municípios do Jequitinhonha, onde atua a Empresa Arcelor Mittal (antiga Acesita), estão sofrendo as consequências da implantação da monocultura na região. A substituição gradativa do bioma Cerrado pelo eucalipto vem acarretando múltiplos problemas para o ecossistema e para as comunidades que vivem cercadas pelas plantações. De acordo com a pesquisa de campo e com entrevistas realizadas junto aos representantes de movimentos sociais, podemos agrupar os conflitos da seguinte maneira:

- **Fundiários:** Mudanças físico-estruturais exaltadas pela periodicidade de processos jurídicos para determinação fixa de divisas, títulos de propriedade, manutenção e reintegração de posse e áreas em litígio. Conforme descrito pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha (STR), na localidade de “Bateria do Riacho”, a Arcelor Mittal ocupou áreas pertencentes às famílias dos agricultores que não possuíam a titularidade da terra: *“onde a família tem os documento, é tudo direitinho... mas onde a máquina entrava, eles entraram, não respeitaram nada não”* [Entrevista realizada em 17/07/2008, município de Capelinha].

A Arcelor Mittal propõe planos de expansão do cultivo de eucalipto na região, prevendo a aquisição de mais de 80.000 hectares [Entrevista realizada com representante do STR em 17/07/2008, município de Capelinha]. Tais projetos de expansão têm resultado na pressão constante sobre as famílias, sobretudo, quanto à exigência de titulação das propriedades, reconhecendo, precisamente, os limites das suas áreas que eram tradicionalmente reguladas por regimes distintos. Ainda segundo o relato do representante do STR:

Eles obrigam o trabalhador a assinar. Eles passam medindo e exigem a assinatura. Estão limitando as terras e pressionando as famílias. Isso tá acontecendo na região do Fanado, Vendinha, Invernada, Alagadiço,

Portanto, a obrigatoriedade da delimitação física de propriedades implica na proibição de acesso às áreas de chapadas que antes pertenciam e eram utilizadas pelas comunidades rurais para a criação de gado na solta coletiva e para o extrativismo de lenha, frutos e plantas medicinais. Talvez por isso sejam tão recorrentes os casos de denúncias, por parte da Arcellor Mittal, de “furto” de lenha em “propriedade particular”.

- **Uso dos recursos naturais:** As atividades desempenhadas pela empresa reflorestadora repercutem em uma série de restrições no usufruto da natureza, dentre elas, podemos correlacionar: o desmatamento do cerrado e das cabeceiras de nascentes para o plantio de eucalipto, que acentua a redução do volume de água e/ou extinção de córregos e ribeirões que são/eram utilizados pelas comunidades ribeirinhas; a monocultura provoca a mortandade de animais silvestres que perdem seu *habitat* natural; a construção da malha viária das áreas de plantio acarreta processos erosivos e carreamento de solo para os córregos e veredas; a movimentação intensiva do solo na área de chapada e bordas assoreia as nascentes e corpos hídricos; o uso excessivo de agrotóxicos contamina as águas superficiais, o lençol freático e o solo; além dos conflitos pelos usos da água, tanto por causa da escassez, assoreamento e poluição, quanto pelo represamento de cursos d'água nas cabeceiras a fim de abastecer caminhões-pipa empregados na irrigação dos viveiros da empresa, em prejuízo das famílias que vivem à jusante do barramento e que, muitas vezes, dependem exclusivamente daquele curso d'água.<sup>3</sup> Com efeito, moradores das grotas não encontram volume de água suficiente à sua manutenção, tal como descrito por um agricultor local:

Antes nós plantava era meiar de agosto. Em setembro a terra já tava preparada. Hoje nós planta só a partir de janeiro. Não tem mais água

---

<sup>3</sup> Tais problemas descritos podem ser verificados nas comunidades de Ibirussú, Furquilha, Cachoeira da Alagoa, Bemposta (comunidade negra rural), Coqueiro-Campo, Terra Cavada, Campo Alegre, Palmital da Baixa, Cascalho, Jaboticaba, Lagoa Grande, Capoeirinha/Sabará e Cruzinha, todas localizadas na microrregião do município de Minas Novas. Problemas semelhantes podem ser verificados nas comunidades de Campo Buriti, Cabeceira do Tanque, Campo Alegre, Poço D'água, Gentil e José Silva, todas localizadas na microrregião do município de Turmalina. O mesmo acontece nas comunidades de Fanado, Vendinha, Salto, Invernada, Alagadiço, Capão dos Negros, Macaúba, Ribeirão, Mandassaia, Galego, Fazendinha, Córrego Santa Catarina, Córrego do Ipê, na Fazenda Xambá e no Povoado Paudolino, na microrregião de Capelinha. Ademais, os trabalhos de campo coletaram diversos relatos de casos similares em comunidades dos municípios de Serro, Itamarandiba, Veredinha, Araçuaí, Jacinto e Salto da Divisa.



pra criação. O plantio de cana não sai mais. Acabou a umidade da terra, parece que a terra morreu. Não sei o que é que tá acontecendo... só a tecnologia pra poder tá dizendo pra gente [Entrevista realizada em 17/07/2008, município de Capelinha].

No intuito de defender o pouco que ainda lhe resta, os agricultores estão se organizando e mobilizando novos parceiros na luta pela garantia de seus direitos. Em julho de 2008, durante o trabalho de campo da equipe do GESTA/UFMG, foi relatado pelo representante da ONG Campo Vale [Entrevista realizada em 18/07/2008, município de Minas Novas], a ocorrência de desmatamento em uma chapada, que teria repercussões negativas na capacidade de reprodução social de algumas comunidades pertencentes ao distrito de Cruzinha e Baixa Quente, em Minas Novas. O caso foi denunciado pelo representante da comunidade de Cruzinha na reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Conforme descrito pelo representante do Campo Vale, cerca de 80 pessoas de comunidades próximas foram até o local e paralisaram o desmate que estava ocorrendo em propriedade particular. Um hectare já havia sido desmatado e o intuito do proprietário é desmatar uma área de 39,78 ha para o plantio de eucalipto. Para tanto, ele já possui Autorização para Exploração Florestal (APEF) expedida pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Todavia, a área em questão abriga um dos últimos remanescentes de mata atlântica da região, além de algumas nascentes que abastecem as comunidades residentes nas encostas da chapada. A ameaça de perda deste recurso natural motivou a ação das comunidades, que paralisaram máquinas e ameaçaram derrubar quatro fornos em construção para confecção de carvão vegetal com o material lenhoso a ser retirado (vide foto 1).

**FOTO 1: Interrupção de desmatamento realizado por comunidades locais**



FONTE: Arquivo ONG Campo Vale, 2008.

Após encaminhamento de denúncia à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e intervenção do Secretário de Meio Ambiente do governo de Minas, a autorização de desmate foi suspensa. Uma equipe de técnicos do IEF fez uma vistoria no local e afirmaram que não havia qualquer irregularidade, tanto em relação à concessão da autorização para desmate, quanto à área já desmatada. Disseram também que, caso a APEF seja liberada, irão recomendar no parecer medidas mitigadoras. No entanto, o IEF ainda não elaborou o parecer conclusivo.

A exigência das comunidades é que seja avaliada a capacidade de recarga hídrica da chapada e o possível comprometimento das nascentes e das águas superficiais com a continuidade do desmatamento. De toda forma, as famílias estão de prontidão e dispostas a impedir a continuidade do desmatamento, independente da legalidade [Entrevista realizada com representante do Campo Vale em 18/07/2008, município de Minas Novas].

#### **Conflitos da Geração de Energia<sup>4</sup>**

Impedidos de usufruírem as terras das chapadas, os lavradores foram coagidos a se refugiarem nas grotas, ou seja, nas áreas mais íngremes dos vales. Todavia, na década de 1980 teve início uma nova frente de expansão do capital com o “Programa Novo Jequitinhonha”. Este previa a construção de dezesseis projetos hidrelétricos, onze no rio Jequitinhonha (Terra Branca, Peixe Cru, Irapé, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim) e cinco no rio Araçuaí (Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança). Neste sentido, os pequenos proprietários que faziam usos das terras de chapada e que tiveram o acesso restringido pelas “reflorestadoras”, perceberam que os projetos de construção destas hidrelétricas se constituiriam em uma nova ameaça de desterritorialização (ZUCARELLI, 2006).

Desta forma, sucessivos casos de conflito ambiental vêm sendo identificados com relação às atividades econômicas voltadas para produção de energia elétrica na região, tal como ocorrido no complexo processo de mudança social nas 51 comunidades deslocadas compulsoriamente pela construção da usina hidrelétrica de Irapé. Este projeto interferiu

---

<sup>4</sup> Os dados contidos neste tópico são provenientes dos relatórios de viagem a campo realizada pelos pesquisadores Marina Penido e Rodrigo Madureira, membros da equipe do GESTA/UFMG, em julho de 2008.

diretamente nas dinâmicas sociais e produtivas rurais, originando efeitos diferenciados conforme o modo de vida das comunidades afetadas. Foram enormes as distorções sócio-econômicas, tais como: deslocamento compulsório de quase 1.200 famílias, rompimento de laços sociais e de parentesco, aumento dos conflitos por terras e pelo acesso à água (ZUCARELLI, 2006). No caso das 22 comunidades ameaçadas pelo aproveitamento hidrelétrico de Murta, também no rio Jequitinhonha, somente a especulação de construção do empreendimento já vem acarretando impactos semelhantes.

O mesmo é válido para o caso da construção da usina hidrelétrica de Itapebi, ainda no rio Jequitinhonha, cujo empreendimento do Consórcio Itapebi Geração de Energia S/A, formado pela Coelba e por sua *holding* Neoenergia, inundou cerca de 70 km<sup>2</sup>, atingindo diretamente 35 famílias em Salto da Divisa-MG, entre pescadores, extratores de pedra e lavadeiras. A usina atingiu ainda outras comunidades nos municípios de Itapebi, Itagimirim e Itarantim, no estado da Bahia. Dentre os diversos problemas deste caso, destacaremos cinco relacionados à: infra-estrutura do reassentamento, saúde, atividade pesqueira, lavagem de roupa no rio Jequitinhonha e extração de pedra e areia.

O “reassentamento” das famílias mineiras ocorreu no bairro Vila União, já existente em Salto da Divisa-MG. As construções seguem o padrão urbano, diferente do modo de vida que as famílias estavam acostumadas. Os quintais são impróprios para o plantio em decorrência de sua pequena extensão e da alta declividade e pedregosidade do solo (ver foto 2).

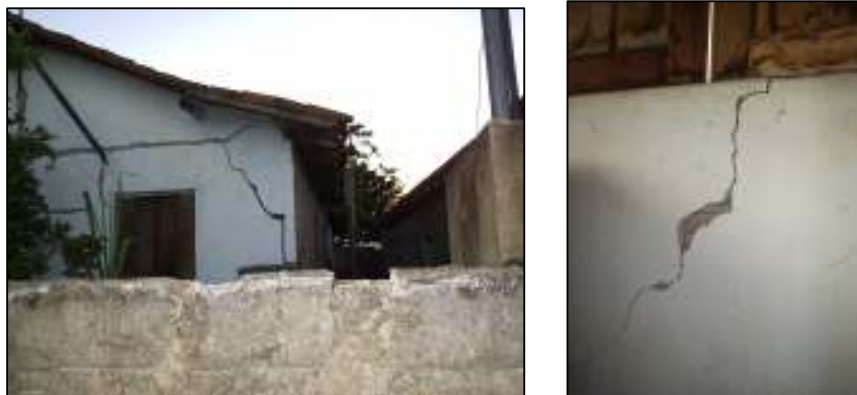
**FOTO 2: Reassentamento em Salto da Divisa-MG**



FONTE: Arquivo GESTA/UFGM, 2008.

Completa os problemas de relocação a péssima qualidade dos materiais utilizados para construção das casas. Segundo o relato da ata de reunião ocorrida no Fórum da Comarca de Jacinto: “A comunidade diz que todas as casas [do reassentamento] estão com problemas, goteiras, as janelas estão podres, os canos estão arrebentados” (MPE, 2004). Foi verificado no trabalho de campo, em julho de 2008, casas que ainda apresentam rachaduras e trincas no chão e nas paredes, algumas com cinco centímetros de largura, em virtude da má qualidade dos materiais utilizados e também devido às obras de instalação da barragem (ver fotos 3 e 4).

**FOTOS 3 e 4: Rachadura nas casas em função da construção do reservatório da usina.**



FONTE: Arquivo GESTA/UFMG, 2008.

Além das questões relativas à infra-estrutura do reassentamento, há problemas no tocante à qualidade da água do reservatório, conforme consta na ata anteriormente mencionada:

A Irmã Rosa diz que a água está tão imunda que parece haver produtos químicos; há também vários animais mortos no lago. Antes do empreendimento a água era corrente e não havia este problema. A comunidade diz que depois do empreendimento não estão mais consumindo a água, estão usando água de fora. [...] A água, segundo ela, torna-se imprópria para o uso doméstico (...), lamacenta e com sujeiras que se acumulam nas margens não sendo possível lavar roupa, tomar banho, utilizar a água para fazer comida e outras coisas necessárias (MPE, 2004).

O aumento do número de doenças na região está atrelado à piora na qualidade da água. Moradores locais mencionaram a ocorrência de uma epidemia de dengue no bairro, facilitada pela água parada do reservatório que também contribui para a proliferação de

mosquitos. O presidente da Associação de Pescadores e a representante das lavadeiras de Salto da Divisa, ambos reassentados, também relataram o aumento de doenças de pele e de verminoses [Entrevista realizada em 16/07/2008, município Salto da Divisa].

Ademais, a formação do reservatório da usina de Itapebi provocou impactos sobre a atividade pesqueira, especialmente em Salto da Divisa/MG, a montante da barragem. Após a conclusão das obras da usina surgiu a Associação de Pescadores de Salto da Divisa (APSD). Para o presidente da APSD, no início, a Associação se constituiu para reivindicar, exclusivamente, as compensações pelas perdas de barcos e redes utilizados pelos pescadores. Posteriormente, a APSD se transformou em um movimento de luta, na tentativa de reabrir as negociações com a empresa e garantir os seus direitos, acordados anteriormente:

[...] a empresa Itapebi Geração de Energia S/A. deveria pagar a cada um dos pescadores previamente cadastrados, o valor correspondente à diferença entre o que era pescado antes e depois do enchimento do lago. Adicionalmente, como medida de longo prazo, a empresa deveria implementar uma atividade alternativa capaz de proporcionar aos pescadores um trabalho com renda condizente à obtida antes da construção da hidrelétrica, e assim, desfazer o vínculo de dependência dos pescadores em relação à empresa (IBAMA, 2006, p.5).

Todavia, segundo o presidente da Associação de Pescadores de Salto da Divisa (APSD), as medidas adotadas apresentam diversos problemas: o método utilizado para calcular o valor pago pela empresa aos pescadores foi inadequado; os 21 barcos fornecidos não atende a demanda dos 42 pescadores; além disso, a queda no rendimento dificulta quitar os custos da manutenção dos barcos existentes [Entrevista realizada em 16/07/2008, município Salto da Divisa].

A alternativa oferecida, recentemente pela empresa, foi a piscicultura através da implementação de tanques-redes. Entretanto, alguns pescadores não tiveram interesse pelo projeto e reivindicaram a indenização em dinheiro, pois, essa foi *“a única opção que a empresa deu pros pescadores. Se quiser bem, se não quiser tchau”* [Entrevista realizada com o presidente da APSD em 16/07/2008, município Salto da Divisa]. Como constatado em campo, os tanques-redes estão em fase experimental no reassentamento.

O barramento do rio Jequitinhonha trouxe problemas também em relação à qualidade e quantidade de peixes que os pescadores costumavam pescar. Sobre estas mudanças, o

presidente da APSD comenta: *“Tínhamos peixe nobre: Robalo, Surubim... uma grande variedade. Hoje não pega mais nada, porque com o barramento não tem piracema”* [Entrevista realizada em 16/07/2008, município Salto da Divisa]. Os fatores relativos à escassez de peixes, segundo o presidente, decorrem da má qualidade da água que provoca a mortandade dos animais; da ausência de uma “escada de peixe” que elimina o processo natural da piracema; além da presença de peixes predadores, inseridos pela empresa no reservatório: *“eles soltaram peixes predadores no lago: cachara, bagre africano, tucunaré...”* [Entrevista realizada com o presidente da APSD em 16/07/2008, município Salto da Divisa].

A usina hidrelétrica alterou significativamente a cultura pesqueira da região, fazendo emergir novas necessidades: *“Hoje, pra pescar precisa de barco a motor, gasolina, ajudante e muito pano de rede. Antes não precisava”*. Os altos custos gerados vêm desestimulando os pescadores e a consequência é que: *“a maioria dos pescadores não tem mais essa atividade, porque o meio não permite. Mas pescador que é pescador morre pescador, mesmo que não tem mais a vida ativa do rio”* [Entrevista realizada com o presidente da APSD em 16/07/2008, município Salto da Divisa].

Outro processo de mudança compulsória deste empreendimento faz referência à perda da atividade de lavar roupas no rio Jequitinhonha. Esta atividade constituía uma tradição na região, a qual proporcionava um importante espaço de relação entre as mulheres da comunidade e uma fonte de renda para as famílias. Com a formação do reservatório, os pontos habituais utilizados para lavar roupas desapareceram, sendo impossível sua execução em outros pontos da margem do reservatório.

Em decorrência da união das mulheres em uma Associação, a classe das lavadeiras foi reconhecida no período em que o empreendimento estava na iminência de receber a Licença de Instalação, em 1999. Para atender a categoria, o Consórcio construiu uma lavanderia na tentativa de restabelecer a atividade. No entanto, a mesma ainda não contempla às necessidades, uma vez que não há espaço adequado e os seis tanques não são suficientes para atender, segundo a representante das lavadeiras, uma média de 80 mulheres (IBAMA, 2006, p. 8). Como visto em campo, a lavanderia apresenta condições precárias e inadequadas para o exercício da atividade (ver fotos 5 e 6).

**FOTOS 5 e 6: Lavanderia construída pela Itapebi Geração de Energia S/A**



FONTE: Arquivo GESTA/UFMG, 2008.

Conforme relatado pela representante da Associação, a mesma nem chegou a ser utilizada e as lavadeiras reivindicam sua ampliação e a troca dos tanques por outros de dimensões maiores e em número suficiente para atender a todas as lavadeiras [Entrevista realizada em 16/07/2008, município Salto da Divisa]. A Associação requer ainda a construção de mais uma lavanderia do outro lado da cidade para as lavadeiras que residem no lado oposto ao que foi instalada a atual lavanderia (IBAMA, 2006, p. 8-9). É importante ressaltar que a atividade de lavagem de roupas, nas condições propostas pelo Consórcio, implicou em ônus adicionais, como conta de luz e de água a serem arcados pela categoria. Como menciona a presidente da Associação das lavadeiras:

[...] o ponto de trabalho que a gente tinha não tem mais. Eu lavava roupa no rio pra comprar o pão de cada dia. Tomamos muito prejuízo e tamo sofrendo até hoje. [...] A associação das lavadeiras está na justiça. Falaram que ia fazer a lavanderia, mas não foi feito do jeito que eles falaram. A pia é pequena e de plástico. Agora tem que pagar água e energia. Não tem como não, de maneira nenhuma... [Entrevista realizada em 16/07/08, município Salto da Divisa].

Outra categoria prejudicada foi a dos “pedreiros”, trabalhadores da construção civil. As atividades de extração de pedra e areia eram realizadas às margens do rio Jequitinhonha e com a formação do reservatório os locais antes explorados ficaram submersos. Portanto, o impacto afetou também essa categoria, uma vez que a falta de matéria-prima extinguiu as atividades de extração de pedra e areia no município, acarretando em um aumento no custo da construção civil, e, conseqüentemente, na redução da oferta de emprego para os “pedreiros”. Segundo a ata da reunião no Fórum da Comarca de Jacinto:

O pedreiro diz que quando a empresa veio, dizia que não faltaria pedra e areia. Depois do empreendimento houve falta de material para trabalhar. Agora, o preço da areia triplicou, pois tem que comprar em outro lugar. Os trabalhadores dizem que estão passando fome. Não estão tendo material para trabalhar (MPE, 2004).

Vale ressaltar, conforme complementado pelo presidente da APSD, que durante a construção do reservatório a empresa extraiu areia e pedra e não pagou aos extratores, nem à comunidade e nem ao município [Entrevista realizada em 16/07/2008, município Salto da Divisa]. O IBAMA e o Consórcio se posicionaram contrários à indenização da categoria atingida, mas, favoráveis ao ressarcimento via compra de novas jazidas para extração. Os extratores, com a interferência e apoio do Ministério Público, optaram por receber indenizações em dinheiro. *“Desta forma, o IBAMA entende que a questão dos extratores e das categorias afetadas pela extinção das atividades de extração se encontra encerrada no âmbito do processo de licenciamento”* (IBAMA, 2006, p. 10).

As entrevistas realizadas em campo apontaram esses cinco elementos como os mais expressivos em termos de perdas das condições ambientais propícias à reprodução social, mas, é importante lembrar que tais comunidades rurais também perdem *“suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar etc”* (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005), que jamais poderão ser compensadas.

Ademais, a implantação da usina hidrelétrica de Itapebi gerou ainda outros conflitos em comunidades de municípios mais longínquos, em virtude de suas medidas de mitigação e de compensação. É o que veremos na terceira situação social proposta para este texto.

### **Conflitos da Criação de Unidade de Conservação<sup>5</sup>**

A criação da Reserva Biológica da Mata Escura foi uma exigência acordada entre órgãos públicos e o consórcio Itapebi Geração de Energia S/A, como medida de compensação pelo afogamento das cachoeiras do Conjunto Tombo da Fumaça, em virtude da construção da usina hidrelétrica de Itapebi. A decisão política da criação desta unidade de

---

<sup>5</sup> As informações coletadas e expostas neste tópico são provenientes do relatório de viagem a campo realizada pelos pesquisadores Marina Penido e Rodrigo Madureira, membros da equipe do GESTA/UFMG, em julho de 2008.



conservação (UC) teve início quando a Justiça Federal concedeu, no ano 2000, liminar à *ação popular* contrária à instalação do empreendimento. A *ação* alegava irregularidades na concessão da licença concedida pelo IBAMA em 1999, e apontava fraude no EIA, pois, não havia qualquer menção sobre o desaparecimento da cachoeira tombada pelo patrimônio paisagístico e turístico do estado de Minas Gerais (SAMPAIO, 2007).

Em expedições a campo, realizadas entre 1999 e 2002, técnicos do IEF elaboram em janeiro de 2002 uma proposta para a criação do Parque Estadual da Mata Escura com área de 20.450 hectares. Entretanto, o projeto não foi executado, mas foi transferido para o IBAMA que sugeriu, em agosto de 2002, a criação do Parque Nacional da Mata Escura, em uma área de 41.492 ha, com a possibilidade de acréscimo de outras duas áreas, com 3.210 hectares e 4.745 ha, perfazendo o total de 49.448 ha (SAMPAIO, 2007).

Em novembro de 2002, por intervenção do Ministério Público Federal (MPF) e do IBAMA, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta entre o autor da *ação popular* e o Consórcio Itapebi Geração de Energia S/A. A primeira cláusula do acordo propunha o encerramento da *ação popular*, desde que a empresa cumprisse, a título de compensação pelos impactos ambientais, o custeio da criação e da implantação de uma UC de proteção integral na área denominada Mata Escura (SAMPAIO, 2007).<sup>6</sup>

Em junho de 2003, quando a usina hidrelétrica já tinha obtido a licença de operação, o imbróglio da unidade de conservação foi definido através do Decreto que criou a Reserva Biológica da Mata Escura. A Reserva, instituída em caráter de medida compensatória à construção da usina hidrelétrica de Itapebi, ampliou a área protegida, em relação às propostas anteriores, para um total de 50.890 ha, abrangendo os municípios de Jequitinhonha e Almenara.

A ampliação da UC atingiu, direta e indiretamente, cerca de 750 famílias das comunidades Maranhão, Nova Araçatuba, Mumbuca,<sup>7</sup> além de famílias de outros dois projetos de assentamento promovidos pelo INCRA e Ruralminas (SAMPAIO, 2007;

---

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre o processo de criação da Reserva Biológica da Mata Escura, as estratégias e os conflitos provocados pela implantação desta UC, especialmente nos assentamentos de reforma agrária e na comunidade quilombola Mumbuca, consultar Sampaio (2007).

<sup>7</sup> Mumbuca é uma comunidade que foi auto-reconhecida junto à Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo. Esta comunidade é composta por cinco núcleos de moradia: Laranjeiras (o maior núcleo, onde se encontra a igreja, a casa de farinha e a escola), Mumbuca, Vai-Quem-Quer, Babilônia, Escuta e Cachoeira. Para maiores informações consultar, Sampaio, 2007 e NUQ, 2007.

CARDOSO, 2007). A mudança de categoria para Reserva Biológica, em relação ao que estava sendo planejado, agravou os conflitos sociais na área, tanto pelo caráter extremamente restritivo à presença humana desta UC, quanto pela forma autoritária com que ela foi constituída. Por força da Lei 9.985, capítulo IV, Art. 22 § 4º, o poder Público é dispensado de realizar consulta pública para a criação de uma Reserva Biológica. Dessa forma, a Reserva Biológica da Mata Escura foi criada sem qualquer discussão com a comunidade e com as instituições locais.

Conforme arquivos do Ministério Público Federal: *“Atualmente, o clima é de apreensão nas comunidades atingidas pelo Decreto [...] Apreensão que se tonifica à medida que o IBAMA, órgão gerenciador do processo, não disponibiliza informação e não presta os necessários esclarecimentos à população local”* (MPF, 2003).

No trabalho de campo realizado pela equipe do GESTA/UFGM, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha destacou o caráter autoritário da medida, pois o processo acabou sendo conduzido de forma unilateral, trazendo diversos motivos para a apreensão de parte das populações locais [Entrevista realizada em 18/07/2008]. De acordo com Sampaio (2007), alguns nem sabem se as suas propriedades estão dentro dos limites da UC e quais restrições serão impostas.

Em função desse quadro, foi constituída a Comissão Pró Mata Escura, na tentativa de obter maiores esclarecimentos e defender os direitos da população atingida. A Comissão é composta pelas seguintes entidades: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Paróquia São Miguel e Almas, do município de Jequitinhonha; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); Cáritas Diocesana; Câmara Municipal, Prefeitura e CODEMA de Jequitinhonha; Associações de Agricultores; Associação dos Remanescentes de Quilombo Mumbuca e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha e Almenara.

A Comissão conseguiu promover algumas reuniões com órgãos jurídicos e ambientais, para discutir uma possível reversão de categoria e/ou diminuição da abrangência da unidade de conservação. Neste sentido, a luta da Comissão segue, basicamente, três linhas de reivindicações: Participação da população nos encaminhamentos referentes à consolidação da UC; Mudança dos limites da UC, para que retorne à proposta original de

20.450 hectares; e Mudança da categoria Reserva Biológica, para que retorne a proposta original de Parque Estadual (CARDOSO, 2007; SAMPAIO, 2007; MPF, 2003).

Com essas reivindicações, a Comissão objetiva diminuir os impactos oriundos das restrições impostas às comunidades, uma vez que a criação da Reserva Biológica implicará: no deslocamento compulsório de inúmeras famílias; na impossibilidade de abertura de novas roças e conseqüente redução da produção agrícola para aqueles que ficariam na área de entorno, bem como dificuldades de acesso ao crédito através do PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar; no fechamento de 14 escolas existentes no interior de seus limites; e na interdição da rodovia MG-105, que liga Joáima à Pedra Azul e passa dentro da área delimitada (CARDOSO, 2007; SAMPAIO, 2007; MPF, 2003).

A luta da Comissão Pró Mata Escura tem proporcionado alguns ganhos importantes, como por exemplo, uma nova sugestão do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e do IBAMA para uma possível redução na área da Reserva, desde que esta mantenha mais de 40.000 hectares. Para isto, seriam feitos alguns ajustes no traçado original, retirando as áreas sobrepostas onde vivem as comunidades (CARDOSO, 2007). Enquanto não é elaborado um projeto de lei para alteração dos limites da Reserva Biológica da Mata Escura, as famílias residentes no interior da UC anseiam pelas conseqüências.

### **Modernização ecológica e conflitos ambientais – considerações finais**

Os exemplos das comunidades rurais deslocadas e ameaçadas pela monocultura de eucalipto, pelos projetos hidrelétricos e pela criação de unidades de conservação no Vale do Jequitinhonha ilustram o leque de conflitos originados de complexos processos de luta e de resistência pela apropriação do território que, em diversas instâncias, são invisibilizados por serem considerados passíveis de mitigação e, conseqüentemente, “solucionáveis” pela gestão administrativa do estado. Neste sentido, a adoção recorrente de mecanismos flexibilizantes, tais como: medidas mitigadoras, compensações ambientais e termos de ajustamento de conduta são utilizados como instrumentos de “resolução” de conflito na perspectiva hoje hegemônica da modernização ecológica. No entanto, pela abordagem aqui proposta, esses instrumentos se revelam como mecanismos e estratégias de “ocultamento” dos conflitos ambientais (ZUCARELLI, 2006).

Na perspectiva da modernização ecológica, predomina a idéia de uma conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais através de noções como desenvolvimento sustentável e governança ambiental. Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos através da “gestão” e do diálogo entre os atores, com a finalidade de se alcançar um “consenso”. Nessa perspectiva gerencial, os “problemas ambientais e sociais” são entendidos como meras questões técnicas e administrativas, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias (ZHOURI *et al.* 2005). Desta maneira, os “impactos” da espacialização do processo de acumulação de capital sobre os territórios, suas condições naturais e populações são percebidos como solucionáveis por meio da utilização de novas tecnologias e de um planejamento racional. O que subjaz a essa visão é a concepção do meio ambiente como uma realidade objetiva, instância separada e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade.

Da perspectiva que orienta o presente trabalho, contudo, situações comumente vistas como “problemas ambientais” originados pelo “desenvolvimento” são compreendidas pela noção de “conflito ambiental”. O conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais que dão sentidos e destinos aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Portanto, os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.

Nesse sentido, os “conflitos ambientais” extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas.

Talvez essa distinta concepção do que seja “conflito ambiental” nos ajude a refletir sobre a diferença entre os dados coletados nas instituições públicas e aqueles encontrados *in loco*, junto aos movimentos sociais. O fato de algumas situações reais de conflito, tal

como definimos aqui, serem encaradas como “problemas” ou “impactos” ambientais, “permite” aos organismos técnicos a crença na possibilidade de gerenciamento dos mesmos. No entanto, como revelam as situações sociais analisadas, tal estratégia de “resolução de conflito” pode resultar em desdobramentos de novas situações sociais de conflito. Isso é evidente, sobretudo através do caso da medida de “compensação” pela construção da hidrelétrica de Itapebi - a criação da Unidade de Conservação da Mata Escura. Novas disputas territoriais emergem pela sobreposição da UC com áreas tradicionalmente ocupadas, inclusive por uma comunidade quilombola, e também designadas para reassentamento de reforma agrária, como os projetos de assentamento Craúno e Brejão (SAMPAIO, 2007 e CARDOSO, 2007).

Em todos os casos, ressalta-se que a implementação dos chamados projetos de desenvolvimento e/ou até mesmo a especulação de construção dos empreendimentos mobiliza uma gama de atores em defesa dos seus direitos – seja comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou camponesas. Assim, organizados em movimentos ou na forma de denúncias, os afetados pelos processos de desterritorialização travam lutas de resistência frente às estratégias de apropriação e transformação do território e de seus recursos naturais. Nessa medida, o que se tem é a conformação de zonas de conflito onde as assimetrias de poder que atravessam as relações entre os segmentos em disputa resvalam muitas vezes em processos violentos de expropriação das populações locais. Frente à organização de unidades de mobilização e de resistência (ALMEIDA, 1989), setores do Estado brasileiro não raramente têm respondido às denúncias e reivindicações locais com ações repressoras, como o ocorrido no caso da desapropriação das famílias atingidas pela usina hidrelétrica de Candonga (ZHOURI & OLIVEIRA, 2007). Tais tensões e situações extremas de violência colocam em evidência a exacerbação dos conflitos ambientais e denunciam as falácias das idéias universalistas e consensualistas que revestem a categoria de desenvolvimento sustentável. Explicitar esses conflitos significa revelar a riqueza das diversidades culturais, políticas e socioambientais, enfim, que constituem a sociedade brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental, Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas. In: ACSELRAD H., HERCULANO S. & PÁDUA, J. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a, p.23-39.

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004b, p.13-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia In. **Reforma Agrária**, p.4-7, abril/julho, 1989.

CARDOSO, Denis. **Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais**: estudo de caso da Reserva Biológica da Mata Escura no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2007.

DINIZ, C. C.. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1981.

ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento”. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p.59-83.

GRAÇA FILHO, A. A e LIBBY, D. C. **Economia no Império Brasileiro**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004, v. 1.103 p.

IBAMA - **Parecer Técnico nº 028/2006** - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA, 2006.

LIBBY, D. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MPE - Ministério Público Estadual. **Ata de reunião no Fórum da Comarca de Jacinto entre os representantes da Itapebi Geração de Energia S/A, do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos, o Promotor de Justiça e representantes da comunidade de Salto da Divisa**, 13/04/2004.

- MPF - Ministério Público Federal. **Processo nº 1.22.000.002811/2003-83**, 2003.
- NUQ – Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais. **O Quilombo de Mumbuca**. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural. Belo Horizonte-MG: UFMG, Agosto 2007.
- PÁDUA, J. A.. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.), **Política e ecologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo** – paisagens e passagens. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato: Resistência e Mudança** - O Caso dos Atingidos por Barragens do Vale do Jequitinhonha. vol II. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1993.
- SACHS, Wolfgang. **Development. The rise and decline of an ideal**. Wuppertal Papers, nº 108, august 2000.
- SAMPAIO, Alexandre Lima. **Conflito Socioambiental no Meio Rural de Minas Gerais**: o licenciamento de assentamentos, o Projeto de Assentamento Chico Mendes II e a Reserva Biológica da Mata Escura. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007.
- WRM - WORLD RAINFOREST MOVEMENT. **Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A.** Reflorestamentos certificados pelo FSC - Forest Stewardship Council. Brasil: WRN, Novembro/2002.
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 49-64.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; PERREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental** – Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 89-118.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente e Sociedade**, V. X, N. 2, Jul./Dez.2007, p. 119-136.

ZHOURI A. & ZUCARELLI, M. C. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. In: **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília-DF, 2008.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.